



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Secretaria Municipal das Subprefeituras, Subprefeitura Lapa cadesla@smsub.prefeitura.sp.gov.br

Ata da reunião ordinária do Conselho Regional do Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz da Subprefeitura da Lapa, realizada no dia 17 de agosto de 2022.

Às 18h30 do dia 17 de agosto de 2022, pela plataforma Teams Microsoft, foi iniciada reunião ordinária do CADES Lapa, pelo Coordenador e Conselheiro André Luís Mendes da Silva, representante da Subprefeitura Lapa, que após saudação de boas-vindas, faz a verificação de presença, constatando-se os seguintes representantes da Sociedade Civil, titulares: Jupira Cauhy, Caritas Basso, Helena Magozo, Leandro Augusto Gomes e Silva, Carolina Pastorin Castineira, Vera Enderle, Ligia Rocha Rodrigues; suplentes: Eduardo Fernandes de Mello, Rafael das Neves Estudino, Representantes da prefeitura, André Luiz, representante titular da Subprefeitura da Lapa; Cyra Malta, representante titular da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA); Giovanna Saquietti, titular representante da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL). Foi confirmada a existência de quórum para se iniciarem os trabalhos.

Justificou ausência: Conselheira Lara Freitas.

Também participaram da reunião Alexandra Swerts, do Conselho Gestor do Parque Leopoldina Orlando Villa-Bôas e dos Comitês de Usuários das Praças Nova Lapa e Yoshimi Takahashi; Flavio Scavasin, Conselheiro e Coordenador Adjunto do CADES Pinheiros; Magda Beretta, Sérgio Shigeeda e Carlo Corabi, Conselheiros/a do CADES Vila Mariana; Bárbara Dantine, Editora do Jornal da Gente; Gislene Oliveira e Marie Lartigue.

Conselheiro e Coordenador André Luís inicia a reunião apresentando a pauta: 1 – Informação da indicação do novo coordenador e de representantes titulares e suplentes da Subprefeitura Lapa; 2 – Deliberação sobre a ata da reunião ordinária, realizada no dia 20 de julho de 2022; 3 – Apresentação da experiência do CADES Regional Vila Mariana: Cidadania ativa e Processos colaborativos para aprimoramento de Políticas Públicas; 4 – Apresentação da Lei 17.794 de 27 de abril de 2022, que disciplina a arborização urbana, quanto a seu manejo, visando à conservação, à preservação e dá outras providências, pelo Engenheiro Agrônomo André Luís Mendes da Silva – Supervisor Técnico de Limpeza Pública da Coordenação de Projetos e Obras – CPO da Subprefeitura Lapa; 5 – Informações atualizadas da Subprefeitura Lapa sobre cessão de uso e projeto para área prevista para a Transferência do Pátio de Compostagem da Lapa; 6 – Informações atualizadas do andamento dos Grupos de Trabalho – GT de Arborização e Água, GT de Minuta de Proposta de Regulamentação da Lei de Gestão Participativa de Praças 16.212/2015, GT Mapeamento do Ruído da Lapa pela ótica da incomodidade; 7 – Apreciação da proposta de realização de reuniões ordinárias presenciais; 8 – Informes; 9 – Indicação de pauta para a reunião ordinária a ser realizada no dia 21 de setembro de 2022.

1 – Informação da indicação de novo coordenador e de representantes titulares e suplentes da Subprefeitura Lapa:

Conselheiro André Luís informa que foi indicado como representante titular e a Sra. Flavia Patrícia Alves de Souza, como conselheira suplente, representando a Subprefeitura Lapa. A conselheira suplente não está presente para a posse, neste dia, por estar representando a Subprefeitura Lapa em uma reunião de CONSEG.

Informa também que foi indicado pela Sra. Fernanda Galdino, Subprefeita Lapa e presidente do CADES Lapa, para ser o Coordenador do Conselho.

2 – Deliberação sobre a ata da reunião ordinária, realizada no dia 20 de julho de 2022

Conselheiro e Coordenador André Luís pede a deliberação do conselho, que aprova a ata, por unanimidade.

3 – Apresentação da experiência do CADES Regional Vila Mariana: Cidadania ativa e Processos colaborativos para aprimoramento de Políticas Públicas: A Conselheira Magda Beretta e os Conselheiros Sérgio Shigeeda e Carlo Corabi do CADES Vila Mariana (VM) apresentam slides e conversam com o CADES Lapa sobre as experiências do CADES Vila Mariana, sustentadas no conceito que dá título à apresentação. A conselheira Helena informa para o Conselho a inspiração para o convite aos conselheiros e conselheira: apresentação feita no evento da Virada dos ODSs na UMAPAZ, Universidade Livre do Meio Ambiente e Cultura de Paz de SVMA, em 9 de julho de 22, que contou com a presença de conselheiras representando o CADES Lapa.

A conselheira Magda fala que os caminhos e aprendizados do Conselho consideram a singularidade de cada lugar e que as trocas, o compartilhamento, são fundamentais para o crescimento e fortalecimento de todos, na construção das capacidades para o desenvolvimento de cada região. Relata que as reuniões do CADES são abertas, toda a primeira quinta-feira do mês, em que se procura o engajamento das pessoas e há o registro do processo, em atas das reuniões. Garantiu-se a organização das reuniões sem interrupção, inclusive, quando surgiu a pandemia e não havia formalização das reuniões. Há um processo de organização, pela sociedade civil, que acontece na segunda-feira anterior à reunião, durante o encontro do Fórum Agenda 2030 VM, para uma discussão prévia sobre os pontos de pauta já levantados, e os novos que podem ser apresentados nesta reunião. O Planejamento das Ações e Projetos/Propostas é iniciado na última reunião de cada ano, quando então são recebidas as demandas da sociedade, que são analisadas conjuntamente. Organizam-se os temas por grupo de trabalho (GTs) existentes ou se criam novos quando o tema é novo. Neste momento são avaliados as condições técnicas, recursos, habilidades disponíveis. Nenhuma demanda fica sem análise e resposta. São priorizadas as ações com mais condições de execução, sempre de comum acordo com os conselheiros e a sociedade civil que participa das reuniões. O Fórum Agenda 2030 VM existe desde 2015/16 conta com o apoio de SVMA. A Portaria 90/SVMA/2015 inclui os preceitos da Agenda 2030, como responsabilidade de todos os CADES Regionais. Garante-se sempre a identificação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) em cada ação/projeto desenvolvido. A articulação do CADES VM com a Agenda 2030 não exige a independência e autonomia das características do grupo da Agenda e do colegiado. Nos CADES Regionais, há a paridade entre sociedade civil e poder público, definida por sua legislação, o que não ocorre na Agenda 2030, que tem maior autonomia e soma com o CADES VM. Tem um histórico de existência e atuação desde o início da implementação da Agenda 21. Fazem parte desta Agenda: ex-conselheiros/as, munícipes, interessados do poder público. O CADES VM em seu planejamento e ações conta com a expertise, qualificação e disposição de conselheiros/as que contribuem ativamente em seus projetos, ações e articulações. Busca, em seus processos de decisão e ação, a convergência coletiva e parcerias. Principais parcerias: SVMA, Subprefeitura da Vila Mariana, Agenda 2030 VM, Fórum Permanente Ecobairro, Horta da Saúde, munícipes. O CADES VM entende que a formação dos Conselheir@s foi fundamental para o bom andamento das atividades. Sempre que possível, são convidados especialistas para falar sobre assuntos que possam agregar conhecimentos ou técnicas. Exemplos de algumas oficinas/treinamentos que ocorreram: Governo Aberto/Controladoria – “Como funciona o orçamento municipal”; SVMA – “Chave Arborizar”; Projeto Municipalidades em Transição (MIT) - “Comunicação não Violenta; Sociocracia”- metodologia que fortalece o trabalho em Grupo e

tomadas de decisão coletiva. Desde 2016 os projetos têm continuidade e contam com conselheir@s âncoras. A conselheira Magda e o Conselheiro Sérgio estão no terceiro mandato no CADES VM, o conselheiro Carlo, no segundo mandato, mas devem continuar a atuar no conselho como parceir@s após o terceiro mandato, limite de permanência previsto pela legislação. O CADES VM conta com os seguintes Grupos de Trabalho: GT Sustentabilidade: Este grupo de trabalho tem como objetivo apoiar a subprefeitura na implementação de uma agenda que contemple um Plano Local de Ações Integradas, com conceitos e práticas, objetivando uma intervenção que gere uma nova forma urbana que irá colaborar e, que também, seja uma ponte para um futuro patamar de sustentabilidade local. Teve início pelo mapeamento das iniciativas locais de sustentabilidade, demanda surgida do projeto Municipalidade em Transição (MIT). MIT: projeto internacional que trabalha com Grupos de Transição (Hubs) em parceria com a Rede de Cidades em Transição (Transition Towns) para incentivar o poder público e a sociedade civil a trabalharem melhor juntos para a criação de mudanças sustentáveis, partindo-se da aplicação e aprimoramento de uma metodologia, além de contribuir para a criação de novos conhecimentos e interações. Exemplo de algumas ações, que foram resultados do projeto MIT: - Dois encontros de iniciativas locais comprometidas com a sustentabilidade do território; - Apresentação do MIT para o secretário de SVMA; Treinamentos de Subprefeitos da Vila Mariana em ações institucionais escolhidas por eles; Aplicação da metodologia do MIT junto com a equipe da UMAPAZ, e para equipes da SVMA (Comitê do Plano Municipal de Arborização); Treinamento para CADES Regionais diversos e universidade na Biblioteca Viriato Correa; Apresentação no CADES Municipal. Por resultados obtidos com o MIT, a Vila Mariana foi selecionada para aplicar a metodologia do One Planet Living - OPL. One Planet Living: Objetivo: experimentar e adotar uma estrutura sistêmica baseada em dez princípios, que visam a co-criação de uma visão compartilhada e de um Plano de Ação de Sustentabilidade para o território – o distrito de Vila Mariana. Foi co-criado um plano de ação com a rede existente, ampliada, no território. O plano de ação baseado nos dez princípios contém os objetivos de cada ação definida, forma de execução, responsáveis, prazo e indicadores. OPL – Primeiros resultados: 1) Subsídios para participar ativamente da Consulta Pública do Orçamento Cidadão - 2 das 5 propostas selecionadas em VM saíram do Plano de Ação do território; 2) 4 Circuitos de Árvores realizados, em parceria e apoio com o SESC Vila Mariana: a) Praça Soichiro Honda, b) Rua das Uvaías (Circuito PPAC), c) Chácara das Jaboticabeiras, d) Corredor Verde para Polinizadores(CVP). GT Resíduos e Águas Urbanas: Foi desenvolvido um projeto para tornar a sede da subprefeitura sustentável. Antes da pandemia algumas intervenções foram realizadas: Monitoramento do consumo de água e energia; troca de copos descartáveis por copos de fibra de bambu; início de uma horta, implantação de uma composteira, coleta seletiva. Projeto de compostagem Comunitária Vila Mariana: O projeto de composteiras comunitárias da Vila Mariana teve seu início em março de 2019, com a montagem de uma leira, no estacionamento do Museu do Inseto (Instituto Biológico), por membros da sociedade civil, durante o 3º Plantio Global, como uma iniciativa do Programa Ecobairro, CADES VM, e apoio da Associação de Moradores da Vila Mariana (AVM). Esta primeira composteira serviu como projeto piloto. Em janeiro de 2020 foi montada a primeira leira na praça Pablo Garcia Cantero com a participação da comunidade. Atualmente, o projeto conta com 4 leiras em rodízio. Foi criado um Comitê da praça que, que já vem atuando para que ocorram melhorias na praça, com o apoio da comunidade local (D.OM. de 12/05/2021). São feitas reuniões mensais para planejamento e organização das atividades. Aos domingos também são feitas coletas de alguns resíduos recicláveis, que são destinados corretamente por voluntários que participam do projeto (Projeto Circula+): Esponja, Caixa de Tetrapak, Sombrinhas quebradas, Óculos, Cartelas vazias remédios. E, a partir desta ação, foi criado um grupo de “Trocas&Doações” em uma rede social, que atua ativamente para diminuir o consumo, e incentivar o reuso e doação de materiais, bem como indicações de mão de obra para conserto e outros reparos. A comunidade tem-se mobilizado para

abrigar a apoiar ações culturais na praça: leitura para crianças e para adultos, dança, apresentação musical, meditação, oficinas diversas. O grupo conta com 45 famílias participantes, e até agosto de 2022, 20 toneladas de resíduos e aproximadamente 30 toneladas de material seco de poda foram desviados do aterro sanitário. GT Áreas Verdes: Apresentação das ações, do GT Áreas Verdes e do GT Saúde, pelo Conselheiro Sérgio Shigeeda de VM. Participação no Projeto “Plantio Global”: ação colaborativa comunitária internacional que congrega diversos grupos que realizam plantios em suas localidades, buscando ainda incentivar a criação de novos grupos de plantio, de maneira integrada. Parceria de diversos grupos: sociedade civil, poder público, técnicos, iniciativas locais-comércio, empresas e instituições, em diferentes cidades do Brasil e do mundo. Participação de mais de 50 cidades e 10 países. CADES VM: Participa desde 2017. 4 eventos realizados (2017, 2018, 2019 e 2022). Objetivo: ampliação da conscientização e práticas ambientais, troca de experiências e conhecimento e incentivo à construção de políticas públicas para ao setor. 2017: Parque Municipal do Jockey (Parceria com CADES Butantã), Primeiro Corredor Verde para Polinizadores – CVP – Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, rua dr. Amancio de Carvalho - (Ação do Instituto Biológico, SVMA, Subprefeitura da Lapa e Subprefeitura da Vila Mariana, Pedaco da Vila , Horta da Saúde). 2018: Corredor Verde para Polinizadores: Avenida Dr. Dante Pazzanese (Subprefeitura da Lapa, Subprefeitura da Vila Mariana, SVMA, Horta da Saúde, Agenda 2030. 2019: ação de manutenção do Corredor Verde para Polinizadores na Avenida Dante Pazzanese (SVMA, Prefeitura da Vila Mariana, Agenda 2030, Instituto Biológico, Horta da Saúde). 2022: Parque Dom Pedro II: Parceria com CADES Sé. Plantios e Manutenções: Praça Soishiro Honda, Evento em homenagem à ambientalista Primavesi no Parque Ibirapuera, Floresta Candido Portinari, Plantio em Pinheiros, Floresta Heliópolis (parceria com CADES Ipiranga). Próximo Projeto: Reflorestamento da Cantareira. Projeto Piloto de Arborização de Calçadas – PPAC, no quadrilátero do Distrito da Saúde, formado pelas ruas Paracatu, Mauro, Fagundes Dias e Avenida Jabaquara. Realização CADES VM, Fórum da Agenda 2030 da VM. Parcerias: entes públicos, privados, organizações, moradores e comerciantes locais. Além de plantio de árvores, outras estratégias de melhoria do ambiente urbano se fizeram necessárias e foram implementadas. Princípios Norteadores: Cidade para Pessoas, Visão Zero, Vias Completas, Biofilia, Soluções baseadas na Natureza. Horta Comunitária da Saúde. Parceria com SMS, mutirão no segundo domingo de cada mês. Início em 2013. Projeto forte de Educação Ambiental. Compostagem no espaço da horta, resíduos trazidos por residentes em prédios do entorno, que usam o composto nas áreas dos prédios e também composteiras nos imóveis. GT Saúde – Horta Casa do Adolescente, em Pinheiros. articulação com OMS – presidente visitará a horta na semana da Independência. Trabalho na UBS, com agentes comunitários de Saúde, em articulação com a Faculdade de Medicina da USP e Secretaria Estadual da Agricultura. GT Patrimônio: Apresentação do conselheiro Carlo Corabi: O GT é proposto e inicia-se pelo mapeamento de atrações culturais do bairro que teriam interesse numa parceria com o CADES VM. O Parque Casa Modernista é gestado simultaneamente pela Secretaria da Cultura e Secretaria do Verde e Meio Ambiente. Conselheiros participam do Conselho Gestor do equipamento e de suas reuniões mensais, onde coletivamente definem-se encaminhamentos. Cinematoteca: Apoio ao movimento de preservação e fortalecimento, iniciado pela Associação da Vila Mariana. Fundacentro: próximo à Horta da Saúde, em parceria com a entidade Dedo Verde, busca-se o caminho para romper com seu estado de abandono. Chácara das Jabuticabeiras: O CADES VM acompanhou todo o processo de solicitação de tombamento ambiental de um microterritório na Vila Marian, com a finalidade de preservar por conta de seu valor Histórico, Ambiental, Cultural e Paisagístico, contra a invasão do mercado imobiliário. GT – Comunicação: em estruturação.

4 – Apresentação da Lei 17.794 de 27 de abril de 2022, que disciplina a arborização urbana, quanto a seu manejo, visando à conservação, à preservação e dá outras providências: ´

O Conselheiro e Engenheiro Agrônomo André Luís Mendes da Silva – Supervisor Técnico de Limpeza Pública da Coordenação de Projetos e Obras – CPO da Subprefeitura Lapa faz a apresentação. Mudança em relação à lei anterior: prevê a importância da participação comunitária no plantio, em consonância com o que foi apresentado pelo CADES Vila Mariana. A designação da lei também é mais abrangente: anteriormente Manejo Arbóreo, agora Arborização Urbana, inclui todo o ciclo, desde o plantio. A apresentação de hoje será preliminar. Quando da publicação do decreto regulamentador da lei, haverá uma apresentação, para o CADES Lapa, online ou presencial, fora da reunião ordinária, focada neste tema, com a possibilidade da participação da Priscila, agrônoma de SVMA, que participou de sua elaboração, assim como da Conselheira e Engenheira Agrônoma Cyra Malta, que também participou de sua elaboração e representa SVMA, como titular, no conselho. A lei 17794/22 considerou, em sua elaboração outros marcos legais, que não existiam na lei anterior, Lei 10.365/87, são mais de 30 anos, que representou um avanço quando foi sancionada: lei do SNUC, Sistema Nacional de Unidades de Conservação; Código Florestal alterado; PLANPAVEL; Plano Diretor Estratégico; PLANCLIMA. Há também uma previsão na lei de qualificação da gravidade, multas e sanções aplicáveis às infrações. Importante essa diferenciação prevista. Exemplo: Há casos de provocação de morte intencional das árvores como reação ao pedido não atendido de remoção e a intenção deve ser considerada na infração.

Conselheira Cyra Malta comenta sobre o artigo 48 da nova lei, que distingue o manejo da vegetação para agricultura urbana, peri-urbana e rural, o sistema agro-florestal. A poda, o corte, nestes casos, são importantes para a produção, desempenho do sistema. A árvore é considerada em suas diferentes funções, além de sua função de passeio e de conservação, também uma “máquina” que garante outros produtos. A função agrícola, em SP, reveste-se de importância socioambiental também quando se considera o impacto que SP provoca no Brasil, por sua forma de produção, pelo que se come na cidade, a logística de transporte que acaba sendo imposta por sua dinâmica. Os ODSs e a Agenda 2030 de SP podem ser considerados um contraponto e referência na linha da sustentabilidade. Temos que pensar no macro, ambiente como um todo. A árvore contribui para o equilíbrio ambiental, no combate às mudanças climáticas que não era uma preocupação presente, quando a lei 10365/87 foi sancionada. Corredores de vegetação podem conectar áreas verdes, garantir diversidade.

Conselheira Helena Magoso para o engajamento comunitário, importante que conselheiras e conselheiros tenham conhecimento técnico, informações, para disseminar, sensibilizar e dialogar com os municípios sobre a importância da manutenção das árvores ou de sua poda ou supressão, em casos extremos, quando sejam absolutamente necessários.

Conselheiro André Qualquer manejo é invasivo e o trabalho sobre demanda do agrônomo da Prefeitura, não permite, muitas vezes, detectar áreas que mais necessitam de intervenção. Não permite que os técnicos se dediquem mais ao planejamento. Cidadão pede remoção, se há negativa repete sucessivamente o pedido e a vistoria precisa ser feita várias vezes. Importante a disseminação do conhecimento. Interagir com a população e levar a informação do que significa uma poda desnecessária, muitas vezes solicitada, que o cidadão tenta justificar por motivos, que não são acolhidos, tecnicamente, como sujeira na calçada, problemas na calha. Muitas vezes, detecta-se a plena saúde do indivíduo arbóreo, quando da vistoria. Nas Subprefeituras, o servidor tem que dar baixa na demanda, seria importante escapar do papel exclusivo de zeladoria urbana. Garantir a função do técnico no planejamento, o que exige não só mais equipes, como mais técnicos dedicados a essa função.

Conselheiro Carlo de VM Elogia a apresentação preliminar. Reforça a necessidade de se garantir mais informações aos municípios, aos síndicos, que muitas vezes não seriam mal intencionados, mas desinformados. Participa de GT na ABNT, além do GT do CADES VM. O Manual da ABNT e suas normas, não se seguindo à risca, podem ser um instrumento de orientação. Chama a atenção sobre a



importância de equalização das informações dos técnicos. Deveria haver um treinamento, neste sentido, incluindo desde um servidor comissionado, recém-admitido na Prefeitura. A Secretaria das Subprefeituras é muito grande, são 32 Subprefeituras na cidade. Desejável que aconteça capacitação para os técnicos e para os munícipes. Há técnicos de diferentes formações na área, engenheiros agrônomos, florestais e biólogos. Propõe a criação de uma Central da Secretaria das Subprefeituras, SMSB que possa orientar técnicos e munícipes. Facilitaria esclarecimentos de ordem jurídica e legal, dentre outros e poderia diminuir o número de demandas. Os interessados teriam a informação do porquê seu pedido não se justifica e também de sua co-responsabilidade sobre a preservação da árvore. Pode-se orientar o munícipe ou técnico para acessar o Manual de Poda, sobre boas especializações existentes em Universidades Públicas, como na UNIFESP, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Conselheira Cyra Malta indaga se o SP 156 não é suficientemente esclarecedor.

Conselheiro Carlo da VM responde que funciona no aspecto formal: documentos necessários, roteiros, citações legais, mas não nas informações de ordem técnica, biológica.

Conselheiro André Luís Técnicos de SVMA discutiram a questão da falta de padronização nas recomendações técnicas quando da elaboração do Programa Municipal de Arborização Urbana – PMAU. André dá um exemplo de um técnico externo à Subprefeitura que solicita autorização para supressão de uma árvore por contaminação por cupim e outro problema, mas as fotos apresentadas, são aleatórias, de um conjunto arbóreo e não evidenciam a contaminação específica. Gera um segundo comunique-se que não é bem aceito pelo técnico que confronta o servidor, alegando que poderia suprimir a árvore sem sua autorização, alegando situação emergencial, o que não corresponde à legislação. Técnicos externos, muitas vezes, carecem de informações ou domínio da legislação. Uma Central, como proposta pelo Carlo, pode ser viável, desde que as informações sejam padronizadas.

Conselheira Jupira Cauhy ressalta a importância de boas relações da Subprefeitura Lapa com os conselhos, incluindo o CADES e munícipes do território, o que não ocorre. O CADES pode ser um parceiro da Subprefeitura nas ações socioambientais do território. A Lapa conta com vida arbórea grande, situação precária por diferentes motivos. Árvores caem em situações de chuvas intensas e ventanias. enquanto membro do Comitê de Usuários de uma praça, se defronta com situações, em que as árvores são queimadas. Dúvida: como é tratado o emergencial dentro de um planejamento que não existe. Deveria haver, em cada Subprefeitura, um planejamento de manutenção e acompanhamento da situação das árvores. Como acessar a informação? O SP 156 não é um caminho simples, o que se precisa, muitas vezes, não se encontra disponível. Acompanha as demandas que o CONSEG passa para as Subprefeituras e supõe que se interpõem às demandas já registradas pelo 156 e a perspectiva de atendimento às demandas deve ficar mais comprometido. A dificuldade de acesso, quando não ocorre resposta pela queixa no 156, acaba gerando outros acessos, diretamente com o setor demandado.

Conselheiro André Luís Dificuldade muito grande de trabalhar com planejamento efetivo. Se o CONSEG, por exemplo, solicita supressão de uma árvore plantada sem recuo, o que é entendido como uma facilitação de acesso à moradia, mas a vistoria técnica detecta que a árvore está completamente sadia e não autoriza a supressão, os pedidos de supressão são reiterados e o técnico obrigatoriamente se desloca, outras vezes, sem necessidade, deixando de atender outras demandas. Situação de urgência, de risco, está bem caracterizada na legislação

Conselheira Cyra Malta Alguns artigos da lei precisam de texto regulamentador e se está trabalhando nisso, mas a questão do que é urgência (termo adotado na nova legislação) está contida no texto da própria lei. Urgência é definida como risco da queda de uma árvore pela falência de uma parte da árvore, motivada por ventania, choque de um veículo que compromete a árvore.

Conselheira Jupira Cauhy Entende que a atual relação atual da Subprefeitura com o CADES está muito difícil, e que poderia somar, em muitas situações importantes. Solicita à secretaria executiva do CADES Lapa que planeje encontro presencial, conversa bem detalhada, para se tirar dúvidas e se entender bem a legislação. Normatização dos procedimentos e conhecimento de conselheiras/conselheiros podem melhorar a comunicação e número de demandas.

Conselheira Cyra Malta o processo educativo é fundamental mas há que se considerar uma cultura existente, advinda dos anos 50 e 60, em que se fazia uso da poda radical para manejo das árvores da calçada. Facilmente detectável na observação das tipuanas da LAPA. Cortavam-se as copas das árvores e por muito tempo os técnicos não precisavam fazer sua manutenção. Os critérios de limpeza e segurança, muito abstratos, são utilizados como justificativa para poda e supressão de árvores. Além do clientelismo que compromete qualquer planejamento. Outra briga dos ambientalistas: o uso do princípio do poluidor-pagador e assinatura dos termos de compensação, que permitem a supressão das árvores. Muito difícil acontecer uma alteração de projeto por consideração à manutenção da vegetação. Saiu uma reportagem recente sobre os corredores de prédios, provocando prejuízo à vegetação. Há uma questão mais importante que compromete as árvores existentes: drenagem e alteração do lençol freático. O rebaixamento do lençol freático pode comprometer seriamente uma árvore existente que pode então se ressentir e não sobreviver. Em alguns casos, o plantio de uma outra espécie adaptável a esta situação, poderia oferecer menos risco à sobrevivência da árvore. Quando atuava na Lapa, como agrônoma, foi detectada uma ação de envenenamento de uma árvore, na esquina da rua Catão e rua Roma, em seu curso, a 3 metros do solo. Próximo a uma rede primária de eletrificação que abastecia um hospital. O comerciante colocou em risco o seu estabelecimento e a unidade de saúde. São situações muito difíceis de enfrentamento técnico.

Conselheiro André Luís Importante a qualificação do servidor e de pessoas da comunidade. Educação Ambiental deve ser uma política permanente. A mudança, muitas vezes, na educação, é geracional. Podemos nos defrontar em áreas de menor poder aquisitivo, com uma não valorização da árvore, pela existência de outras necessidades, mas o processo educativo, por tudo que a árvore representa, deve ser permanente.

Conselheiro Carlo (VM) Poderiam ser produzidos panfletos simples, divulgações no site da Subprefeitura. Exemplo: "folha não produz sujeira". Comunicação direta que a maior parte das pessoas compreende.

Conselheira Helena Magoso Sugere que na capacitação de conselheiras/os seja prevista uma parte experimental, em que se pode pôr em prática, o conteúdo da capacitação. Uma área verde próxima, onde isto fosse possível.

Conselheira Cyra Malta O GT Arborização e Água busca sempre este diálogo entre a teoria e prática. Aconteceram também experiências anteriores na Subprefeitura Lapa, em que isso se deu. Pena que os registros não são facilmente disponíveis. Houve um levantamento arbóreo no Parque Continental e o projeto Identidade Arbórea, num quadrilátero de Perdizes, em que ocorria o maior número de SACs, naquele momento, com solicitações de manejo de árvores. Espera-se que a existência do SGZ (Sistema Geral de Zeladoria) possibilite maior acompanhamento da realidade arbórea. Teríamos que chamar a Secretaria das Subprefeituras para uma conversa, pois é responsável pelo sistema e também, SVMA está desenvolvendo o SIS ARBO que pode ajudar.

Conselheiro Carlo (VM) Há uma questão difícil nos condomínios: necessidade da presença da maioria dos condôminos na assembleia para uma decisão ser válida e a perda da autonomia do síndico.

Conselheira Cyra Malta esta questão foi pacificada na legislação, baseada em parecer da Procuradoria Geral do Município - PGM que considerou o código civil em seu posicionamento, resgatando a autonomia do síndico, assim como foram pacificadas, na legislação, outras situações conflitivas e recorrentes: quando uma árvore tem o tronco numa residência e galhos na residência vizinha, ambos os proprietários podem solicitar manejo da árvore, não só o proprietário da casa, onde se encontra o tronco da árvore, como se definiu anteriormente; outra situação: a lei 10365 impedia fazer alguma coisa quando houvesse uma laje rompida, agora pode-se pensar num plantio que não a danifique .

Conselheiro Carlo (VM) A produção de material educativo precisa incluir conteúdo de chamamento da responsabilidade do munícipe na preservação das árvores. Houve na Vila Mariana, na rua Uvaías, a perfuração de árvores para provocar sua morte e muitas vezes é difícil comprovar a autoria do dano. Outra situação recorrente: quando uma árvore é removida, não há informação necessária sobre autorização da supressão. Os munícipes denunciam no 156, várias vezes, e acontecem 3 vistorias que havendo autorização e informação seriam desnecessárias. Sugere nos condomínios em que atua, a criação de um Comitê Verde, que poderia ser capacitado e exercer trabalho didático. Há situações muito comuns em que os moradores, em boa fé, plantam um abacateiro, uma mangueira que darão problemas futuramente com seu crescimento. O Comitê Verde poderia orientar situações, como essas e outras. Avalia muito positivamente a apresentação e solicita que o CADES Vila Mariana também possa participar do encontro em que será apresentada a nova legislação de arborização urbana de São Paulo.

5 – Informações atualizadas da Subprefeitura Lapa sobre cessão de uso e projeto para área prevista para a Transferência do Pátio de Compostagem da Lapa:

Conselheiro e Coordenador André Luís informa que, consultando o processo de transferência do Pátio de Compostagem da Lapa, entendeu que o momento é de transferência da responsabilidade de funcionamento do Pátio da SELIMP para a ECCOS.

Conselheira Helena informa que, anteriormente, ficou comprometida com o grupo, em agendar uma visita técnica monitorada do CADES Lapa à área planejada para a transferência do Pátio de Compostagem nos baixos do Viaduto do Jaguaré e foi informada pela coordenação de SELIMP, naquele momento, que a cessão de área da Subprefeitura da Lapa para SELIMP ainda não tinha acontecido e que só após a cessão desenvolveriam o projeto e a visita poderia ser agendada. Conselheiro André indagará a Subprefeita Fernanda e indicará se efetivamente a cessão foi efetivada e quando a visita poderá ser agendada.

6 – Informações atualizadas do andamento dos Grupos de Trabalho

GT de Água e Arborização

Sem atualização para a presente reunião.

GT Regulamentação da Lei de Gestão Participativa de Praças 16.212/2015.

Conselheira Cáritas informa que, após a última reunião realizada em julho, encaminhou a minuta com a proposta de regulamentação da Lei 16.212/2015 para coletivos do território da Lapa, relacionados ao tema, para sua discussão e eventuais contribuições que deverão ser encaminhadas ao CADES Lapa. O prazo de 31/8/22 foi informado como limite para este retorno da minuta e contribuições. A conselheira propõe que a sistematização do GT possa ser apresentada na reunião de 21/9, pressupondo-se que as considerações dos CADES Regionais terão retornado ao GT até 31/8/22.

Conselheira Jupira informa que algumas contribuições já recebidas não respeitam o texto da lei, que a regulamentação não pode alterar e que nesse caso, as contribuições não poderão ser aceitas.



Conselheira Helena comenta que tem notícia de que alguns CADES Regionais estão pautando a discussão da minuta de regimento para setembro e que seria prudente o GT fazer um balanço do que será recebido até o final do mês e avaliar então a viabilidade da apresentação da sistematização na reunião de 21/9/22.

Apresenta sugestão, acatada pelo pleno, para solicitar que a Sra. Rute (DPAC/SVMA) faça um lembrete a todos os CADES Regionais, sobre o retorno da minuta de regulamentação da lei de gestão participativa de praças e seu prazo.

Conselheira Cyra Malta participou de reunião do CADES Pinheiros em que ocorreu a discussão da minuta e tem a confirmação de que os CADES Regionais deverão enviar as contribuições para a Divisão de Planejamento e Ação dos Colegiados DPAC/SVMA.

GT Mapeamento do Ruído da Lapa pela ótica da incomodidade

Conselheira Jupira Cauhy, apresentou um roteiro de organização e funcionamento do GT, a saber: definir periodicidade das reuniões do GT e participantes; identificar demandas e incomodidades: locais de eventos sem isolamento acústico (Arena Allianz Parque, Casa Hybrida...); pancadões; bares; aglomerações em ruas (entorno Arena Allianz Parque, Espaço Unimed, sedes de torcidas organizadas, bares); Mapear fonte de ruído, onde acontece, responsáveis pelo ruído, incomodidade, impactos, legislação, órgão que atua e ações desenvolvidas; e acompanhar encaminhamentos do Ministério Público após audiência pública. Informa que, mesmo com fechamento administrativo por emissão incômoda de ruídos, determinado pela Prefeitura em 06 de abril de 2022, e do andamento do IC 315/2016 na 5ª. Promotoria de Meio Ambiente do Ministério Público, a Real Arenas, administradora da Arena Allianz Parque, mantém no seu site informação de agenda de 19 shows, de setembro de 2022 a janeiro de 2023, sendo vários em dias seguidos e alguns com cerca de 6 horas de duração.

7 – Apreciação da proposta de realização de reuniões ordinárias presenciais

Conselheiro e Coordenador André Luís apresenta e-mail recebido da conselheira Vera Enderle, solicitando que o CADES LAPA considere a volta das reuniões presenciais. Feita a consulta, não houve unanimidade para que a próxima reunião fosse presencial e ficou mantida a reunião virtual. A Conselheira Jupira enfatiza a importância de consultar todos os conselheiros/as e que se diferencie preferência de impossibilidade de participação. A proposta de reuniões presenciais será ponto de pauta da próxima reunião.

8 – Informes

Conselheira Giovanna (SMUL) informa que a etapa de diagnóstico do PDE foi concluída e os técnicos procedem à sistematização das contribuições. Assim que tiver notícia sobre a próxima fase de planejamento da revisão do PDE, comunicará ao conselho.

9 – Indicação de pauta para a reunião ordinária a ser realizada no dia 21 de setembro de 2022.

Conselheira Jupira Cauhy retoma itens pendentes das reuniões anteriores que necessitam de informações e posicionamentos da Subprefeitura Lapa, entre eles questionamentos sobre as irregularidades identificadas no evento realizado na Travessa Roque Adóglia, onde havia uma pendência de uma reunião extraordinária, para dialogar com a comunidade e coletivos locais; atualização sobre a área prevista para a transferência do Pátio de Compostagem da Lapa; atualização sobre mudança de uso da Área Verde da rua Carlos Machado e da Praça Mal Carlos M. Bittencourt (adjacentes aos Baixos do viaduto Antártica).



Após diálogo sobre as pendências e novas indicações, a pauta sugerida ficou assim definida:

- 1 – Deliberação sobre a ata da reunião ordinária realizada no dia 17 de agosto de 2022;
- 2 – Atualização sobre a indicação de representantes da prefeitura ao CADES Lapa;
- 3 – Praças da Subprefeitura Lapa: Apresentação da Subprefeitura Lapa sobre zeladoria e manutenção e as demandas apresentadas nas reuniões do CADES Lapa pelos Comitês de Usuários; Informações sobre o POT - Programa Operação Trabalho; Comitês de Usuários; Programa Adote uma Praça;
- 4 – Atualização dos Grupos de Trabalho;
- 5 – Travessa Roque Adóglgio;
- 6 – Informes: atualização sobre a área prevista para a transferência do Pátio de Compostagem da Lapa; Informações sobre a revisão Parcial do PDE; atualização sobre mudança de uso da Área Verde da rua Carlos Machado e da Praça Mal Carlos M. Bittencourt (adjacentes aos Baixos do viaduto Antártica).

O Conselheiro e Coordenador André Luís agradece a colaboração e participação de todas e todos e encerra a reunião às 21h15.